

**DESPACHO**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 347/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 27 de agosto de 2020, bem como no Parecer 572/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2022, aplica a penalidade REPREENSÃO ao processado ITALLO FERNANDO PEREIRA - MASP 1.387.317-9, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado na Penitenciária Deputado Expedito de Faria Tavares à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservância dos deveres previstos no art. 216, inciso VI, c/c art. 245, caput, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do(a) processado(a) acima qualificado(a). Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 27 de setembro de 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**DESPACHO**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 007/2018, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 30 de janeiro de 2018, bem como no Parecer nº 463/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2022. ARQUIVA o presente processo instaurado em face de ÍTAMAR CAETANO DE ARAÚJO - MASP 1.187.700-8, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, e CÁSSIO DANIEL NUNES MOREIRA - MASP 1.195.576-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3, lotados no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional de Ipatinga/MG - CERESP - IPATINGA à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos(as) processados(as) acima qualificados(as). Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 27 de setembro de 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**DESPACHO**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019 e c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020; considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PDS Nº 079/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 11 de julho de 2020, bem como no Parecer 578/CGE/CSET-SEJUSP/NUCAD PROC./2022, aplica a penalidade de DEMISSÃO ao processado EDERSON OTONI HERMENEGILDO – MASP 1.389.161-9, desligado do contrato temporário de trabalho na função de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotado no Centro Socioeducativo Santa Clara à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso V, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos I, II, V e VI, c/c art. 249, inciso II, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos - MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 27 de setembro de 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**DESPACHO**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 448/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 2 de dezembro de 2021, bem como no Parecer 579/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias ao processado WELERSON MAGNO FERREIRA - MASP 1.380.624-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de Uberlândia I/MG à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do(a) advogado(a) Victor Bruno A. J. G. Rodrigues OAB/MG 157.255. Conforme art. 55, da 272Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 27 de setembro de 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**DESPACHO**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 512/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 20 de novembro de 2020, bem como no Parecer 584/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 5 (cinco) dias ao processado JEAN PETERSON MARTINS DE ALMEIDA - MASP 1.192.196-8, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado na Penitenciária de Juiz de Fora I - José Edson Cavalieri - à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do(a) processado(a) acima qualificado(a) e do(a) advogado(a) Humberto Pereira da Silva OAB/MG 170.922. Conforme art. 55, da 272Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 27 de setembro de 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**DESPACHO**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019 e c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020; considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 040/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 16 de fevereiro de 2022, bem como no Parecer 386/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2022, aplica a penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao processado GLEIDSON PESSOA DOS SANTOS - MASP 1.201.036-9, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3, lotado no Presídio de Ribeirão das Neves I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, inciso I, e art. 250, inciso I, todos da Lei nº 869/52 nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do(a) processado(a) acima qualificado(a) e do(a) advogado(a) Rogério Alves de Jesus OAB/MG 149.243. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 27 de setembro de 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**DESPACHO**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta na Sindicância Administrativa Disciplinar instaurado pela Portaria CORREGEDORIA/SESP/SAD Nº 139/2016, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 24 de janeiro de 2017, bem como no Parecer nº 564/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2022, ARQUIVA a presente sindicância instaurada em face de LUCAS TERÊNCIO DA SILVA - MASP 1.310.989-7, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1; JORGE LUIZ PALMIRA - MASP 1.309.225-9, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1; LUIS ANTÔNIO DO CARMO CARDOSO OLIVEIRA - MASP 1.178.764-5, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 2; JOSÉ RIBAMAR DA SILVA - MASP 1.178.710-8, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 2; e EUDE ALVES DE FARIA - MASP 1.171.563-8, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 2; lotados no Centro Socioeducativo de Uberlândia à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos(as) sindicados(as) acima qualificados(as). Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 27 de setembro de 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**DESPACHO**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria CORREGEDORIA/SESP/PAD Nº 238/2016, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 24 de janeiro de 2017, bem como no Parecer nº 565/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2022, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de SILAS SOARES DOS SANTOS - MASP 1.195.146-4, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1; SILVIO SOUZA DOS REIS - MASP 1.195.790-9, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1; JEFFERSON DE DEUS VIEIRA - MASP 1.195.072-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1; lotados no Centro Socioeducativo de Uberlândia à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos(as) processados(as) acima qualificados(as). Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 27 de setembro de 2022.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

28 1695537 - 1

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi DEFERIDA prorrogação da condicionante do processo abaixo identificado: 1) Licenciamento de Operação Corretiva – LOC (LACI): \*IAOPA Agropecuária LTDA/Fazenda Pouso Alegre – matrículas 14.048; 14.049; 14.050; 14.051; 14.052; 14.053; 14.054 e 14.055. - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, eqüinos, mares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, e Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas). - Monte Alegre de Minas/MG. - PA COPAM 17581/2018/001/2021. - Classe 4. Decisão: deferido alteração da periodicidade de execução das campanhas do monitoramento de fauna da condicionante nº 03, referente ao Programa de Monitoramento de fauna do Parecer Único nº 0994404/2021 (SIAM).

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

28 1695381 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: \*STG Construtora e Concreto Ltda., Usinas de produção de concreto comum, Boa Esperança/MG, PA nº 3554/2022, Classe 3. \*Município de Juruiaí, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Juruiaí/MG, PA nº 3555/2022, Classe 2.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1. Ferlig - Ferro Liga Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Rítapolis e Resende Costa/MG, Processo nº 2991/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. 2. Lagoa Prestação de Serviços Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Cabo Verde e Divisa Nova/MG, Processo nº 2807/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. 3. Município de Boa Esperança - Cascalheira Baú (Fazenda Santa Felicidade), Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Boa Esperança/MG, Processo nº 3180/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Município de Carrancas, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Carrancas/MG, Processo nº 3142/2022, Classe 2, Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

28 1695413 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES deliberadas na 68ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP), realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCu1iAB462m8py3C1jsJ4w>, no dia 28 de setembro de 2022, às 9h, a saber: 4. Exame da Ata da 67ª RO da CAP de 24/08/2022. APROVADA. 5. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação: 5.1 Vallourec Tubos do Brasil Ltda. - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada e horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - Curvelo, Abaeté, Bocaiuva, Coração de Jesus, Felixlândia, Francisco Dumont, João Pinheiro, Lassance, Montes Claros, Paineiras, Paraopeba, Pongapé, Lagoa Grande, Brasília de Minas, Guaraçama e Olhos D'água/MG. - PA/Nº 08032/2007/001/2012. - SEI/Nº 1370.01.0006947/2021-08 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. Aprovada a alteração das condicionantes nº 11, 12, 15, 17, 19 e 20, que passam a vigorar com as seguintes redações: "Condicionante nº 11: Executar o Programa de Monitoramento de Fauna para as classes mastofauna (pequeno, médio e grande porte e quiproterofauna), avifauna, herpetofauna, Ictiofauna (com adensamento de unidades amostrais contemplando todos os tipos de recursos hídricos no empreendimento) e entomofauna. Ressalta-se que deverá ser incluído métodos de monitoramento específicos para todas as espécies ameaçadas diagnosticadas no levantamento (Fazenda Corredor, Santa Cruz e Brejo). O monitoramento deverá ser executado de acordo com todas as complementações solicitadas na emissão da AMF emitida para Licença. Apresentar todos os dados dos estudos de monitoramento de fauna conforme estabelecido no Anexo X - Termo de referência para estruturação dos dados e metadados da biodiversidade - disponível no site do IEF. Os dados deverão ser apresentados junto com relatórios anuais e ao final da licença contendo todos dados concatenados. Prazo: Durante a vigência da Licença"; "Condicionante nº 12: Estabelecer parceria junto a instituições científicas, ou empresas ou profissionais habilitados que sejam capacitadas para desenvolver projeto de cunho experimental, para elaboração de projeto para avaliar novas formas de manejo e conservação da fauna ameaçada diagnosticada nos estudos apresentados no empreendimento (Fazenda Corredor, Santa Cruz e Brejo) em especial as que não possuem Plano de Ação Nacional - PAN estabelecido. Executar o projeto desenvolvido com apresentação de relatórios anuais. Prazo: 4 anos para apresentação. E a partir da apresentação durante o restante da vigência da licença"; "Condicionante nº 15: Realizar monitoramento antes do período chuvoso, do entorno da estrada adentrando até 10 m a vegetação nativa, nos locais que interceptam as áreas de influência (inicial 250m) das cavidades (FCO-0001, FCO- 0002, FCO-0003, FCO-0059, FCO-0060, FCO-0074, FCO-0093, FCO-0094 e FCO-0103), visando identificar indicativos de dispersão do material particulado, especialmente junto a áreas de vegetação mais adensada no entorno com periodicidade anual. Caso seja verificada a presença de material particulado nas áreas de influência, propõe-se que seja verificado o entorno das cavidades. Prazo: Durante a Operação."; "Condicionante nº 17: Realizar delimitação física das áreas que serão retiradas da ADA (influência inicial 250m) nas Fazendas Pindaíba, Vargem Grande e Corredor, definidas como de proteção das cavidades naturais subterrâneas, bem como sinalizar através de placas indicativas a proibição de novas intervenções nessas áreas. Prazo: 180 (cento e oitenta)". "Condicionante nº 19: Fornecer arquivos digitais contendo os shapex com a identificação e as projeções horizontais das cavidades naturais subterrâneas identificadas nos estudos espeleológicos e as poligonais das respectivas áreas de influência, descrevendo-se também os atributos de cada cavidade e área de influência, conforme anexo V – Tabela de Atributos para Apresentação de Dados Geoespaciais da Instrução de Serviço SISEMA nº 08/2017 – Revisão 1. Deverão ser atendidas as demais especificações técnicas previstas na Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.684/2018. Ressalte-se que a cavidade que for identificada nos estudos, mas que não for avaliada em razão da ausência de impactos negativos poderá ser indicada como ponto, e sua área de influência, caso não definida, será excepcionalmente considerada na forma circular, com raio de 250 (duzentos e cinquenta) metros. Prazo: 180 (cento e oitenta) a partir da concessão da licença."; e "Condicionante nº 20: Comprovar o cadastro, no banco de dados do CANIE, de todas as cavidades naturais subterrâneas identificadas. Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a partir da concessão da licença." Aprovada a alteração no prazo da Condicionante nº 13, que passa a vigorar com a seguinte redação: "No prazo até 02 anos, após a publicação dos instrumentos normativos que possibilitem o cumprimento da condicionante". Aprovada a exclusão da condicionante nº 04. 6. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva: 6.1 José Cupertino Campos/Fazenda São Joaquim - Suinocultura, Criação de bovinos, bubalinos, eqüinos, mares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Criação de bovinos, bubalinos, eqüinos, mares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento, Formulação industrial de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, inclusive moagem de grãos e com finalidade comercial, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Sistema de geração de energia termoeletrica, utilizando combustível fóssil, Retificação e/ou canalização de curso d'água - Uruçânia/MG - PA/SLA/Nº 4881/2021 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b).Apresentação: Supram ZM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. 6.2 Citrosuco S.A. Agroindústria/Fazenda São Vicente e Goiaíba, Fazenda Capão da Caça e Fazenda Capão da Caça e Buriti - Matrículas 3.192, 3.193, 3.194, 9.258 e 128.179 - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Uberlândia/MG - PA/SLA/Nº 5733/2021 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. Aprovada a alteração da condicionante nº 05, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Executar o monitoramento da mastofauna, avifauna, ictiofauna, entomofauna e herpetofauna, em três campanhas, contemplando a sazonalidade. OBS: \* 1ª campanha deverá ser executada no terceiro ano de vigência da licença; \*\* 2ª campanha deverá ser executada no sexto ano de vigência da licença; \*\*\* 3ª campanha deverá ser executada no nono ano de vigência da licença; \*\*\*\* entrega de relatório parcial ao final de cada campanha; e apresentar relatório final, compilado de todas as campanhas, na formalização da renovação da licença. Prazo: Durante a vigência da Licença" 6.3 Energia Viva de Minas Ltda/Fazenda Água Branca - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Buritizeiro/MG - PA/Nº 34425/2012/003/2021 - SEI/Nº 1370.01.0023528/2021-73 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. Aprovada a alteração da condicionante nº 05, que passa a vigorar a seguinte redação: "Considerando o disposto no Memorando-Circular nº 6/2021/SEMAD/SURAM de 15 de abril de 2021 (SEI nº 28137845) fica condicionada a apresentação do DSP e do Projeto Executivo do PEA, para o público interno ao empreendimento e externo ao empreendimento (comunidade de Sambaíba). Prazo: 120 dias, a contar da finalização da Situação de Emergência em Saúde Pública no Estado.". Aprovada a exclusão das condicionantes de nº 06 e nº 13. 7. Processos Administrativos para exame de Renovação da Licença de Operação: 7.1 Ney Fernandes de Oliveira/Fazenda Tapera - Fazenda Tapera - Matrículas 17.523, 17.864, 13.081, 7.767, 17.865, 9.816, 14.494, 17.109, 10.929, 14.652, 17.069 - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Criação de bovinos, bubalinos, eqüinos, mares, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Santa Juliana/MG - PA/SLA/Nº 5457/2021 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7.2 Viena Fazendas Reunidas Ltda./Fazenda Nova Esperança II - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Montes Claros e Coração de Jesus/MG - PA/SLA/Nº 6270/2021 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. Aprovada a alteração da condicionante nº 10, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Em cumprimento ao Decreto nº 48.387, de 24 de março de

2022, apresentar um dos seguintes documentos: a) Termo de Compromisso celebrado entre o empreendedor e os respectivos municípios para o cumprimento da medida compensatória; ou b) dispensa do cumprimento da medida compensatória pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede. Prazo: No prazo até 02 anos, após a publicação dos instrumentos normativos que possibilitem o cumprimento da condicionante". 8. Processo Administrativo para exame de alteração/inclusão de condicionantes da Renovação de Licença de Operação. 8.1 Melhoramentos Florestal Ltda. - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Fabricação de celulose e/ou pasta mecânica; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Camanducaia/MG - PA/Nº 05906/2007/008/2018 - SEI/Nº 1370.01.0054774/2021-40 - Classe 5. Apresentação: Supram SM. DEFERIDA CONFORME PARECER. 9. Processo Administrativo para exame de Alteração e Exclusão de Condicionantes da Licença de Operação Corretiva: 9.1 Florestaminas - Florestamentos Minas Gerais S.A./Fazenda São Francisco - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Grão Mogol/MG - PA/Nº 25153/2012/001/2017 - SEI/Nº 1370.01.0050728/2020-63 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. DEFERIDA CONFORME PARECER. 10. Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Licença de Operação Corretiva: 10.1 AB Florestal Empreendimentos Imobiliários atividades Florestais e participações Ltda./Fazenda Araras e Boa Esperança - Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - João Pinheiro/MG - PA/Nº 18196/2005/004/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram NOR. DEFERIDA CONFORME PARECER.

Fernando Baliani da Silva  
Superintendente de Apoio à Regularização Ambiental e Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris

28 1695243 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi INDEFERIDA prorrogação da condicionante do processo abaixo identificado: 1) Licença Ambiental Concomitante – LAC1 (LOC): \*Raulita Rossini Grossi e outros/Fazenda São Matheus (matrículas 303, 395, 425, 428, 423, 1.265 e 23.145), Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura e Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas). - Monte Carmelo/MG. - PA SIAM 19384/2018/001/2020. - Classe 3. Decisão: indeferido a prorrogação de prazo das condicionantes nº 01 (item 1 e item 2 do Anexo II), 02 e 04 do Anexo Ido Parecer Único nº 0306252/2021.

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

28 1695388 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha torna público que foram alteradas as Razão Social dos empreendimentos abaixo identificados: 1) De: Posto Mangalarga LTDA, CNPJ16.856.797/0001-63– Para: Vinícios Antunes De Jesus LTDA, CNPJ: 26.185.153/0001-44, PA/Nº 00588/2002/004/2015. Validade: Prazo remanescente. Validade: Prazo remanescente.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha.

28 1695217 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licença Ambiental Concomitante – LAC2 (LIC+LO): 1) Madervale Madeiras LTDA, Tratamento químico para preservação de madeira, Capelinha/MG, PA nº 3541/2022, Classe 4. Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença ambiental abaixo identificada - Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) Companhia de Saneamento de Minas Gerais Copasa, Estação de tratamento de esgoto sanitário, Aterro para resíduos não perigosos – Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil. Águas Vermelhas/MG, PA nº 3510/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 27/09/2032.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - Licença Ambiental Concomitante – LAC 2 (LOC): 1) Diamantina Mineração Eireli, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, Gouveia/MG, PA nº 6062/2021, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado – PA nº 1370.01.0032958/2021-88. Motivo: A pedido do empreendedor. (a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

28 1694866 - 1

Pauta da 156ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro (URC TM) do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam. Data: 14 de outubro de 2022, às 09h. Endereço virtual da reunião: <https://www.youtube.com/channel/UCu1iAB462m8py3C1jsJ4w> 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente da URC TM, Valéria Cristina Rezende. 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. 4. Exame da Ata da 155ª RO de 10/06/2022. 5. Processos Administrativos para exame de Recurso de Auto de Infração: 5.1 João Gomes Durães Filho/Fazenda São Lourenço - Suprimir vegetação nativa em área comum sem autorização ambiental; Suprimir vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP); Realizar queima controlada sem autorização ambiental - Ituiutaba/MG - PA/CAP/Nº 627923/18 - AI/Nº 60631/2018. Apresentação: Supram TM. RETORNO DE VISTAS pelo Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG). 5.2 Inácio Carlos Urban/Fazenda Rio Brilhante - Operar atividade de culturas anuais sem licença ambiental, sendo constatado degradação ambiental em Reserva Legal e em Área de Preservação Permanente (APP) - Coromandel/MG - PA/CAP/Nº 482678/17 - AI/Nº 93403/2017. Apresentação: Supram TM. 6. Apresentação institucional: “Destinação final adequada de resíduos: a atuação dos Consórcios Públicos Municipais para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos”. Apresentação: Semad/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento (Suges). 7. Encerramento.

(a) Valéria Cristina Rezende  
Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente da URC Triângulo Mineiro

28 1695504 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi DEFERIDA exclusão da condicionante do processo abaixo identificado: 1) Licença de Operação Corretiva – LOC: \*Algar Farming LTDA S.A./Fazenda Bela Vista. Culturas anuais, excluindo a olericultura e Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. - Monte Alegre de Minas/MG. - PA COPAM 26355/2011/001/2013